

# SALVADOR: SHOPPING-CENTER TURÍSTICO? <sup>1</sup>

Lígia Conceição Santana<sup>2</sup>

## 1. INTRODUÇÃO

A composição urbana da cidade contemporânea é permeada pela intensa segregação da população em ambientes distintos. Alguns oferecem níveis satisfatórios de infra-estrutura, enquanto outros são completamente abandonados. Isto vem compondo a cidade em espaços distintos. Fragmentos da orla marítima, bem como o núcleo original da cidade, isolados, funcionam como cenários destinados à indústria do turismo, ávida pelo efêmero e pela história do lugar.

Nesse sentido, a exclusão social se manifesta no próprio fenômeno do planejamento urbano que se repete na execução da sétima etapa do projeto de intervenção do Centro Histórico de Salvador, parte de uma grande estratégia política – que pretende solucionar os problemas de habitação popular com a retirada dos antigos moradores. Os guardiões da história estão sendo indenizados ou relocados para áreas periféricas da cidade, numa tentativa equivocada de reorganização que, mais uma vez, opta pela homogeneização do “lugar de memória” da cidade. Nenhuma política de educação patrimonial é desenvolvida, muito menos o planejamento do espaço histórico prevê a diversidade de ocupação e utilização. O desejo de ordem, de disciplinarização do espaço convive com o retorno de antigos moradores que se amontoam nas proximidades do “Pelourinho restaurado”, símbolo do resgate do passado. Ainda assim, a imagem vista além das aparências revela a história que está sendo escrita na ocupação das encostas, nas ruas que ainda não receberam novas tintas e nos passos dos turistas desolados em busca do cotidiano, da alma do lugar.

Nossa pesquisa vem analisando as intervenções nos centros antigos de nossas cidades. E, mais especificamente, tem analisado as transformações ocorridas no desenho do centro antigo da Cidade do Salvador. Esta intervenção, que começa em 1992, encontra-se agora na sétima etapa, numa marcha que almeja, em dez etapas, “resgatar o centro histórico”.

De um lado, fragmentos de praças com caráter semipúblico, chafarizes, iluminação cênica e uma infinidade de novos monumentos têm a intenção de caracterizar um novo ambiente. Do outro, poucos metros separam o espetáculo das luzes do trágico espetáculo do abandono físico e social que caracteriza partes do mesmo território.

## 2. O REDESENHO URBANO E A CULTURA PÓS-MODERNA

Na Europa, a discussão sobre como intervir nas áreas que são registros do desenho urbano do passado ainda é uma constante, porém como o patrimônio urbano já foi totalmente integrado à idéia de mercadoria, existe uma lógica já definida. Na América Latina, os esforços direcionados à salvaguarda tentam reprisar o modelo europeu, basicamente encaminhando as ações de preservação na expectativa do desenvolvimento do turismo, que desponta como um dos setores mais promissores no quadro do desenvolvimento econômico. Porém, diferentemente do caso europeu, a prática da preservação nos países latino-americanos ainda é dependente dos recursos do Estado e só a partir da década de noventa começa a despertar um interesse mais expressivo da iniciativa privada<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Pesquisa de iniciação científica sob orientação da Professora Lysie dos Reis Oliveira, Doutoranda em História Social-UFBA [lysie60@hotmail.com](mailto:lysie60@hotmail.com).

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de História da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, bolsista do PROBIC [Ligia\\_Santana@hotmail.com](mailto:Ligia_Santana@hotmail.com).

<sup>3</sup> Apesar das recomendações internacionais de salvaguarda, as leis latino-americanas de proteção e requalificação do patrimônio urbano ainda contêm muitos desacordos. Estão longe de manter sincronia com o planejamento urbano,

Na indústria imobiliária, os incentivos maiores são dados aos novos empreendimentos, o que, de resto, demonstra o interesse mais comum pelo novo e completo, geralmente associado ao que é belo e confortável; opostamente, ao velho e fragmentado associa-se a idéia do pitoresco ou, mais freqüentemente, ao feio e ultrapassado. As próprias intervenções – quando interessadas em promover uma imagem antiga, sem rugosidades – chegam a ser mais aclamadas pelo senso comum do que a exposição das marcas do tempo na materialidade física, testemunhos histórico e artístico da trajetória do monumento. As críticas endereçadas às requalificações que estão sendo realizadas, independente dos resultados obtidos, são, na maioria das vezes, restritas ao meio acadêmico, não chegando a alcançar o grande público, na sua maioria satisfeito com o sentido de “retomada” do bem cultural.

No panorama brasileiro, ainda é pequeno o número de áreas urbanas codificadas enquanto patrimônio. Não existe nenhum movimento de retorno aos bairros antigos por parte de um segmento expressivo da sociedade. No entanto, apesar do interesse de requalificação dos espaços antigos não ser uma prática generalizada, é uma expectativa que cresce de maneira muito intensa, basicamente por estar relacionada à possibilidade de incentivo ao comércio de todas as ordens, com destaque aos consumos de cultura, história e arte<sup>4</sup>.

O Instituto do Tombamento, caminhando junto à indefinição dos métodos e parâmetros de intervenção, foi pouco eficiente na salvaguarda dos monumentos isolados, bem como nas áreas urbanas de caráter monumental. Desde sua instituição, não sofreu significativas modificações; também, a “harmonia estética” do restauro pretensamente científico ainda hoje confirma o que se concebe por autenticidade da intervenção – por meio de princípios que visam a restituir determinada imagem da obra ao presente – por meio de uma seleção que torna legítima a escolha e se baseia no desbastamento dos estratos históricos do conjunto no intuito de restabelecer supostas condições originais.

Esse equívoco – inicialmente indicado na doutrina de Gustavo Giovannoni e associado ao chamado “restauro científico” – é a justificativa que sustenta a prática de eliminar, nos conjuntos urbanos, as construções consideradas supérfluas ou “espúrias”<sup>5</sup>. Essa ação vem direcionando o caráter de muitas intervenções urbanas, atribuindo a essas áreas um aspecto superficial e cenográfico. Essas operações constituem-se em “[...] verdadeiros pesadelos, indicando aí uma falha, um tipo de lacuna metodológica” (GUATTARI *apud* SANT’ANNA, 1995, p. 31).

A aprovação, por parte da sociedade em geral, dos cenários históricos está associada à condição cultural do mundo moderno, tecnologicamente avançado, e que “[...] inclina-se hoje diante das coisas velhas, fascinada pelos objetos susceptíveis de fazê-la comungar com um certo tempo das origens” (REMY, 1983, p. 54). Nesta nova etapa, encontra-se um certo *glamour*, uma idéia de volta ao passado, acompanhada de um forte sentido de refinamento cultural. Ainda segundo Remy, o objeto antigo também pode ser o símbolo, uma relação pela qual o sujeito responde a uma falta e articula uma proposição de alternativa em relação ao presente. É a ruptura com a referência de realidade e o culto ao simulacro.

O interesse pelos objetos do passado não é uma característica dos tempos modernos. Ao mesmo tempo em que é um movimento antigo e disperso, de certa forma, é também uma nova referência cultural - que apresenta o antigo com um envoltório de novidade, fazendo com que esse encanto com as “novidades velhas” tenha destaque na política cultural urbana. Ceccarelli e Indovina

---

muito menos desenvolvem uma ação de intervenção integrada aos demais níveis do poder público. No plano operacional, os problemas como o déficit habitacional, a necessidade de uso ininterrupto e multifuncional, e até mesmo a inserção dessas áreas numa dinâmica econômica mais elevada, não seguem a direção das tendências européias.

<sup>4</sup> Esta observação se reforça à medida que percebemos a progressiva ocorrência da diluição do poder federal entre as demais instâncias, através da emergência das políticas desenvolvidas em nível estadual e municipal, que já evidenciam, no discurso e na prática, a ruptura com o antigo ideal do “bota-abaixo”. Na atualidade, os ideais de progresso e desenvolvimento já incorporam o movimento de recuperação de áreas tradicionais e de interesse ambiental.

<sup>5</sup> Segundo Françoise Choay (1970), é Gustavo Giovannoni, em sua obra *Vecchie Città ed Edilizia Nuova*, de 1913, quem primeiro consegue sintetizar e superar as abordagens anteriores em torno do conceito de patrimônio urbano e do caráter da intervenção que deve prevalecer sobre este território.

(1974, p. 4) lembram que as intervenções contemporâneas recorrem às transformações de uso e, conseqüentemente, ao tecido social, “[...] como forma de compatibilizar, através da publicidade, uma imagem da cidade que cuida de sua tradição”.

O processo de globalização que agora se desenvolve, como uma reformulação das inter-relações entre os diferentes vínculos das identidades nacionais, também é um dos eixos pelo qual o tema é observado. Ceccarelli e Indovina associam ao mundo globalizado a tendência de isolamento/fragmentação dos núcleos antigos das políticas urbanísticas do resto da cidade. Apontam ser esta uma tendência da transformação da imagem destes ambientes numa espécie de museu de consumo – um espaço identificável de maneira muito direta, sem qualquer esforço intelectual, ou seja, apenas um simulacro. Dezani e Cavaleira (1973, p. 5) apontam diretamente a redução do espaço existente a um espaço tátil, ao encontro passivo com o objeto exposto, “[...] reduzindo o Centro Histórico a um gigantesco supermercado de tentações e da burocracia”.

Aos que trazem a pós-modernidade como resposta à periodização de um novo momento cultural, que tem como atrativo a volta ao passado, respondemos a questão levantada por Boaventura Souza Santos: será realmente novo o que presenciamos ou novo é apenas o nosso olhar? David Harvey (1994, p. 74) talvez tenha apontado para uma das respostas, quando disse que “[...] o pós-modernismo retira o espaço de sua dependência de funções e incorpora a estas estratégias artísticas e retóricas que independem de qualquer determinismo histórico”.

A crítica ao caráter cenográfico das intervenções, apontada por um grupo de estudiosos, encontrava rebatimento na discussão aqui proposta, ou seja, como as mudanças nas referências culturais induzem à manipulação da imagem do espaço antigo que passa pela requalificação. Sobre essas bases, trataremos de um caso específico que temos acompanhado no âmbito nacional – o Pelourinho, na Cidade do Salvador –, como um exemplo a ser relacionado e questionado enquanto modelo preservacionista a ser seguido.

### 3. SHOPPING-CENTER TURÍSTICO

O cenário consolidou-se. Berimbaus à venda, baianas vestidas de baianas, rodas de capoeira e, ao fundo, o baticum do Olodum. Parece fácil identificar o miolo do centro histórico de Salvador, o Pelourinho, como um *shopping-center* turístico a céu aberto. Uma espécie de Disneylândia tupiniquim com ares de parque temático. Neste caso, o tema é a História, ainda vitrine, depois das seis etapas que investiram na requalificação de parte deste território.

A sétima etapa vem anunciada por um novo *slogan*. Numa entrevista dada à revista *Veja*, Mário Gordilho, presidente da CONDER - Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia, diz que “[...] os turistas agora poderão ver as pessoas da terra do jeito que elas realmente vivem”. (NEGREIROS, 2002, p. 68). Segundo a intenção do atual responsável pelo gerenciamento das obras, será possível ver, em breve, antigos sobrados recuperados e seus interiores ocupados por “famílias verdadeiras de baianos”. A nova estratégia desiste de amontoar no local restaurantes típicos e as lojas de artesanato, hoje abundantes nas áreas já requalificadas. O mix-funcional rende-se a um dos aspectos mais eficazes para conferir vitalidade ao local, ou seja, insere agora, num dos atos do espetáculo, o cotidiano, a vida como ela é. Espera-se por crianças jogando bola pelas ruas, pelo cheiro da comida caseira exalando, pais e mães chegando do trabalho, idosos nas calçadas e, talvez, com alguma sorte e absorvido pela atmosfera de fantasia, o turista veja, atravessando alguma esquina, Dona Flor, Pedro Archanjo ou, até mesmo, Tereza Batista.

A previsão é de que mais de 120 prédios serão reformados a um custo de 29 milhões de reais, financiados pela Caixa Econômica Federal. A previsão é de que a Prefeitura não conceda alvará a novos pontos comerciais na região, exceto a um estacionamento e a um mini-shopping, com padaria, farmácia, salão de beleza, banca de jornais. Os novos moradores estarão nas proximidades de verdadeiros ícones da arquitetura erudita da Bahia, como o Seminário de São Dâmaso, um solar do século XVII, e a Igreja e Convento de São Francisco, do século XVIII. E quem ocupa estes casarões hoje? Aqueles que os guardaram nos anos de abandono, enquanto o

poder público endereçava suas verbas ao crescimento, expansão e melhoramentos de outras áreas da cidade.

Durante esse longo tempo, o cotidiano fazia sua história. Famílias pobres amontoadas em cortiços, prostitutas, mães de família, traficantes e homens trabalhadores viviam segundo seus próprios códigos sociais. Para o governo, estas pessoas não são donas dos imóveis e, segundo notícia dada pela revista *Veja*, estas famílias “[...] estão sendo transferidas para novas casas na periferia de Salvador ou recebem indenização. Na maioria dos casos, só se preservará a fachada. Na parte interna, serão construídos apartamentos de um ou dois quartos”. (NEGREIROS, 2002, p.68).

A sétima etapa tem duas vertentes. Ao mesmo tempo em que é comemorada pelo poder público como continuidade da intervenção, é um drama para os moradores da área, numa reprise dos acontecimentos que acompanharam o início das obras em 1992. A discussão chega aos jornais com a matéria “Famílias são expulsas do Centro Histórico”, publicada no Jornal *A Tarde* no dia 11 de agosto de 2002. O bispo auxiliar da Arquidiocese de Salvador, dom Gilio Felício, ao receber na Cúria uma comissão de moradores do Centro Histórico que lhe foram expor o drama que estão vivendo e pedir interferência da Igreja no problema diz que “[...] é inadmissível que se faça a recuperação da história sem que haja o compromisso efetivo com o patrimônio humanístico”. (SANTOS, 2002, p. 18). Afinal, o espaço é reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Histórico da Humanidade, e seria o caso de organismos internacionais interferirem na questão, pois, ao contrário, não faria jus ao título que tem.

Se antes os moradores enxotados nas primeiras etapas podiam migrar para a parte onde a “revitalização” ainda não havia começado, agora, o rolo-compressor os alcançou. São mais 587 famílias pobres e sem conhecimento dos seus próprios direitos. A ação de desapropriação já foi publicada no *Diário Oficial do Estado* e não existe impedimento legal para revertê-la. Para tanto, caberia uma outra ação, a de usucapião, prevista no Artigo 183 da Constituição de 1988, que assegura o direito de moradia ao residente que comprovasse sua permanência no local por mais de cinco anos.

Conclamar todos a uma ação conjunta tornou-se impossível. Grande parte dos moradores está desempregada, vivendo de pequenos bicos. Por conseqüência, acabam aceitando a indenização paga pela CONDER para que deixem o local. São quantias que variam entre R\$ 700 e R\$ 1,2 mil, nada além dos R\$ 3 mil. E, apesar de não garantirem a compra de outro imóvel ou mesmo o compromisso com um aluguel, os moradores as aceitam. Resultado: gastam tudo e passam a morar na rua. (SANTOS, 2002, p. 18).

Foi organizada uma Associação dos Moradores e Amigos do Centro Histórico, e Sandra Regina, sua representante, diz que as famílias que ainda estão no Centro Histórico não querem impedir a recuperação dos casarões, mas também não querem sair de lá. E afirma: “[...]. Somos parte deste patrimônio, nossas famílias ajudaram a fazer a história da Bahia e imortalizou obras famosas, como a de Jorge Amado, que retrata muito bem nossa história. Ao invés de querer nos expulsar, por que não protegem os velhos e amparam nossas crianças, dando-lhes escola e atividades para que ocupem o tempo aqui mesmo no bairro como é feito com outras comunidades, para que não precisem roubar ou se drogar?”. (SANTOS, 2002 a, p. 18).

A CONDER, procurada para esclarecer o episódio, afirma que as famílias que possuem toda a documentação do imóvel, inclusive escritura, têm recebido valores superiores a R\$ 20 mil de indenização. Além disso, a Assessoria informa que a todos foram oferecidas moradias no subúrbio a uma mensalidade de pouco mais de R\$ 50 para que não ficassem desamparados, porém a maioria não aceitou, posto que queriam mesmo era o dinheiro, assinala. No entanto, os que receberam indenização para deixar o imóvel já não possuem mais nada, disse a presidente da Associação. “[...]. Como a maioria é ambulante, acabaram empenhando o dinheiro na aquisição de mercadoria para render o capital e, assim, poderem adquirir, algo melhor. Deram-se mal, quebraram a guia, e ficaram sem nada. Hoje, doentes, dormem sob as marquises da Baixa dos Sapateiros e pedem esmolas durante o dia. Muitos já morreram”, disse Sandra Regina. (SANTOS, 2002 b, p.23).

O Estado, mais uma vez, investe na construção de conjunto de casas populares no subúrbio. Mas não se preocupou em dotar esta periferia de infra-estrutura física e social. Ignora o fato de

essas pessoas serem dependentes da centralidade do Pelourinho, já que boa parte delas vive de biscates nos arredores. Vai além, considerando os antigos moradores inaptos e indignos de morar na área tombada. Esperam transformar a área num pólo residencial, ao mesmo tempo em que expulsam famílias.

Duas semanas depois do apelo ao sacerdote da igreja católica, uma missa é realizada no santuário-símbolo de resistência dos negros, a Igreja do Rosário dos Pretos. Durante a celebração, padre Joseval, pároco da igreja, rezou e pediu aos presentes para que se solidarizassem com aquelas famílias que estavam sendo expulsas de suas casas. Durante o ofertório, a comunidade e representantes da Associação dos Moradores e Amigos do Centro Histórico levaram ao altar uma faixa pedindo o direito de moradia.

#### **4. A CIDADE É UM MUSEU?**

A cidade é um todo, mais especificamente um todo histórico, portanto não existe “centro histórico”. Também não podemos tocar em seus territórios. Podemos aproximar-nos, mergulhar em sua alma e ficarmos fascinados por ela. A cidade é um enigma, ao mesmo tempo constrói-se e desconstrói-se. Há sempre um jogo entre o visível e invisível.

O que vulgarmente no Brasil se chama de restauração dos espaços urbanos, tem sido caracterizado por ações que querem construir símbolos da história local, ao mesmo tempo em que se comprometem com a modernização. São dois extremos. Tanto o que quer conservar pela lógica da conservação do patrimônio, quanto o que quer destruir tudo com a lógica da modernidade. A cidade de Salvador sofre com este planejamento fragmentário. Para o “centro-histórico” políticas urbanas que visam a forjá-lo enquanto “lugar de memória”; para o resto da cidade, políticas de renovação urbana.

A gestão urbana se volta estrategicamente para a venda de lugares que tenham a imagem da história. A conservação do patrimônio não é uma ideologia dos habitantes desta cidade, e, assim, o que se preserva não é o sentido de história do lugar, mas um modelo universal do senso de história do lugar. Constrói-se uma imagem para o consumo turístico. Não é uma particularidade de Salvador. Ao contrário, Salvador segue um parâmetro internacional que apóia a exibição da estética urbana histórica para a proclamada “indústria do turismo”.

No entanto, a estética urbana exagerada acaba negando a ética do planejamento da cidade. Apesar das inúmeras plásticas, as rugas não tardam a aparecer. A historicidade perdida retorna. No Pelourinho, por exemplo, as fachadas deterioram-se rapidamente, haja vista a má qualidade das obras de recuperação. Já os moradores expulsos, também não tardam a voltar a circular pelas ruas, como pedintes, ambulantes, vendendo drogas aos turistas, prostituindo-se. Esta é a ironia da própria cidade, como se sua alma se estivesse vingando desta imagem.

Como várias cidades que têm núcleos antigos estão seguindo o mesmo modelo de intervenção, vamos encontrar “centros históricos” por todo canto. A cultura urbana pós-moderna faz com que quase toda cidade tenha os mesmos “lugares de memória” e, nestes, lojas de artesanatos, comidas tradicionais, músicas regionais, pessoas em trajes típicos e, segundo a nova estratégia da CONDER, em Salvador será possível que o turista encontre “verdadeiras famílias de baianos” no Pelourinho. Tudo disponível às câmeras fotográficas. São dados que revelam uma clara contradição com o princípio da preservação patrimonial, que é o de conservar uma imagem singular das cidades, preservando-as.

Salvador, depois da intervenção de 1992, é citada como modelo de restauração urbana pela UNESCO. Isso significa que o modelo internacional está cada vez mais consolidado e com visibilidade. Conservar a Arquitetura, como antes, engessa a cidade, tornando-a um museu. É preciso uma preservação mais crítica e participativa. Nem botar tudo abaixo, nem cristalizar o passado imaginado. Salvador, ao adotar um modelo internacional de restauração e conservação do patrimônio urbano, acaba por desconsiderar suas singularidades, e cada vez mais, transforma-se num cenário sem espessura, ou seja, sem a memória dos habitantes. Por este ângulo, o turismo se

torna um problema, pois, uma cidade que tem como primeiro objetivo captar o turismo tem que obedecer aos ditames do modelo internacional. No mundo inteiro, o turismo tornou-se obrigatório enquanto fonte de renda. Pessoas visitam o mundo como se ele fosse um grande museu<sup>6</sup>.

Por outro lado, os dados recentes sobre o turismo no Brasil são desanimadores. Hoje, o Brasil atrai menos turistas do que a Tunísia, a Polônia e a Indonésia. Os resultados preliminares do balanço do turismo no Brasil em 2002 são catastróficos. Segundo a EMBRATUR, “[...] 3,8 milhões de estrangeiros visitaram o País no ano passado, número 20% inferior ao registrado em 2001. Isso significa que quase 1 milhão de pessoas deixaram de vir para cá”. (ANTUNES, 2003, p.90).

Parece contraditório que, num País com enorme potencial paisagístico e cultural, seja tão tímida a renda gerada pelo turismo. No entanto, existem limitações além da violência e dos altos custos. Segundo dados da Organização Mundial do Turismo, apenas um de cada cinco turistas se dispõe a viajar para lugares que ficam a mais de seis horas de voo. Isto explica o fato de que 60% dos que procuram o Brasil sejam da América do Sul<sup>7</sup>. Por vezes, o tiro sai pela culatra. Quando se tentou vender no exterior a beleza da mulher brasileira, os anúncios nas revistas estrangeiras mostravam garotas em biquínis minúsculos. Campanhas desse tipo contribuíram para o turismo sexual e, ao mesmo tempo, afastaram as famílias que costumam viajar em grupo.

## 5. REFERÊNCIAS

ANTUNES, Camila. Os estrangeiros sumiram. *Veja* São Paulo, 15, pp.90-92, 16 de abr. de 2003.

CECCARELLI, Paolo; INDOVINA, Francesco. Como e porque da intervenção nos centros históricos. Tradução de Francisco Mazzoni. In: \_\_\_\_\_. **Risanamento e speculazione nei centri storici**. Milano: Franco Angeli, 1974. pp. 7-17.

DEZANI, Mario; CAVALERA, Giovani. Homens e ratos. *Edilizia Popolare. Rivista Bimestrale di Studi. Associazione Nazionale fra gli Istituti Autonomi per le Case Popolari*, v.20, 110, gen./feb. 1973. pp. 5-8.

DEZANI, Mario; CAVALERA, Giovani. Por um reexame substancial da questão dos centros históricos: iniciativa e debate cultural. *Edilizia Popolare. Rivista Bimestrale di Studi. Associazione Nazionale fra gli Istituti Autonomi per le Case Popolari*. v.20, 110, gen./feb. 1973. pp. 9-12,

HARVEY, David. Retornando a discussão do pós-modernismo. *Architecture Design*, v.9, 10, 1990. pp.10-12.

NEGREIROS, Adriana. De alma nova: o Pelourinho vai ganhar vida real e um hotel de charme no Convento do Carmo. *Veja*, São Paulo, ago. de 2002.p. 28, 28.

REMY, Jean. Reconquista de bairros antigos e pesquisa sobre um novo modelo de vida urbana. In: \_\_\_\_\_. **La salvaguarda delle città storiche** in Europa e nell'area mediterranea. Bolonha: Neova Alfa Editoriale, 1983. pp. 49-65.

---

<sup>6</sup> A idéia da cidade-museu já está incorporada pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. Fato é que, no início de maio de 2003, esta instituição promoveu o Seminário “Os desafios de uma cidade patrimônio: conciliação entre tradição e desenvolvimento”. Neste evento, que contou com a participação da Unesco, foram realizadas a palestra “Salvador, cidade-museu” e a mesa-redonda “Os desafios da cidade-museu e a revitalização do centro histórico”.

<sup>7</sup> Por exemplo: se um morador de Nova York for a uma praia paradisíaca, poderá pousar no México ou em algum país da América Central. Não precisará prolongar a viagem, descer em São Paulo e submeter-se a uma baldeação com destino à Bahia (ANTUNES, 2003, p.90).

SANT'ANNA, Marcia. Da cidade-monumento à cidade-documento. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995. 268 p.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1996. 348 p.

SANTOS, Gerson dos. Famílias são expulsas do Centro Histórico. A Tarde, Salvador, 11 de ago. 2002 a. p.18.

SANTOS, Gerson dos. Famílias do Centro Histórico rezam pelo direito à moradia. A Tarde, Salvador, 25 de ago. 2002 b. p.23.